



**Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Fazenda
Superintendência de Tributação**

Serviço Público Estadual

Proc. E-04/007/4565//2015

Data: 13/11/2015 – Fls.: 28

Rubrica: _____

ASSUNTO: : PROCEDIMENTOS NO CASO DE MÃO EMISSÃO DE NF-E DE ENTRADA E DE SAÍDA QUANDO DA IMPORTAÇÃO DE EMBARCAÇÕES SOB REGIME ESPECIAL DE ADMISSÃO TEMPORÁRIA.

CONSULTA Nº 010/2016

I – RELATÓRIO:

Trata-se de consulta tributária sobre interpretação da legislação tributária quanto ao procedimento que deve ser adotado na eventualidade de não ter emitido Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) de entrada e de saída por ocasião da importação e exportação de embarcações sob o Regime Especial de Admissão Temporária.

A consulente expõe, às fls. 03/07, em síntese, o que segue:

A empresa apresentou consulta tributária (Processo E-04/007/207//2015), a esta Coordenação, na qual formulou os seguintes questionamentos:

- 1) *“É correto o entendimento de que, não sendo a consulente contribuinte do ICMS, e estando a mesma cadastrada junto à Secretaria de Estado de Fazenda do Rio de Janeiro sob a modalidade de inscrição estadual facultativa, a legislação do Estado do Rio de Janeiro não a obriga a entregar os arquivos SINTEGRA?”*
- 2) *“É correto o entendimento de que a legislação do Estado do Rio de Janeiro não obriga a consulente a emitir Nota Fiscal de entrada quando da importação de embarcações sob Regime Especial de Admissão Temporária e Nota Fiscal de saída na exportação desses bens ao fim do referido regime?”*

A resposta da CCJT foi de forma afirmativa em relação ao item 1) e de maneira negativa para o item 2), considerando, assim, que a consulente deveria emitir NF-e de entrada quando da importação de embarcações, sob o Regime Especial de Admissão Temporária, e também de emissão de nota fiscal de saída, quando da exportação das embarcações.

A resposta negativa ao item 2 foi fundamentada no inciso VI do § 1.º do artigo 15 da Lei 2.657/96 que inclui entre os contribuintes do ICMS o importador ou qualquer pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, que promova importação de mercadoria ou bem do exterior qualquer que seja a finalidade. Neste sentido, o § 2.º do mesmo artigo dispõe que *“as pessoas físicas ou jurídicas indicadas nos incisos VI, VII, VIII e XVII do parágrafo anterior são contribuintes do imposto independentemente da habitualidade com que pratiquem as operações neles descritas.”*

A consulente recorreu da decisão proferida, no entanto, o recurso foi julgado improcedente e foi mantida a decisão desta Coordenação.

A empresa alega que a legislação do Estado do Rio de Janeiro não trata de forma



**Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Fazenda
Superintendência de Tributação**

Serviço Público Estadual

Proc. E-04/007/4565//2015

Data: 13/11/2015 – Fls.: 29

Rubrica: _____

completa a hipótese em que a pessoa jurídica deixou de emitir notas fiscais por entender não estar obrigada a tanto. A legislação somente prevê a aplicação de penalidade na situação em que, durante fiscalização, o Auditor Fiscal identifica que não houve emissão do documento fiscal ao tempo em que ocorreu a operação. A legislação não tratou da situação em que a própria pessoa jurídica verifica que deixou de emitir a nota fiscal ao tempo em que ocorreu a operação que exigia tal emissão e pretende fazê-lo posteriormente para regularizar a situação.

Por outro lado, os sistemas de emissão da NF-e não contém orientação a respeito de emissão de tal documento fiscal quando este se refere à operação ocorrida no passado, ou seja, se a pessoa jurídica pretende, por exemplo, emitir uma NF-e em 2015 para um fato gerador ocorrido em 2013.

Uma vez que foi informado pela Inspetoria, às fls. 20, que a empresa se encontrava sob ação fiscal por meio do RAF nº 453751-47, o processo foi reencaminhado à IRF 64.15 – Barra da Tijuca para informar se o referido RAF estava relacionado com a presente consulta e se resultou em Auto de Infração.

A IRF 64.15, às fls. 26, respondeu o que segue transcrito:

- 1) *“O RAF 45375107 foi gerando e distribuído ao AFRE em 22/10/2015 e devolvido em 28/12/2015, aguardando análise e encerramento pelo Inspetor. Não há registro de intimação no sistema Plafis, portanto, s.m.j., apesar da existência da ordem de fiscalização, o contribuinte não esteve sob ação fiscal.*
- 2) *O objetivo da supracitada ação fiscal era verificar o cumprimento de decisão em sede de consulta tributária de nº 065/2015, realizada nos autos do processo E-04/007/207/2015;*
- 3) *Ainda em consulta ao sistema Plafis, não foi identificada a lavratura de qualquer Auto de Infração relacionado a referida ação fiscal.”*

O processo encontra-se instruído com cópias de documentos, às fls. 19, que comprovam o pagamento da TSE e documentos, às fls. 09 a 18, que comprovam a habilitação do signatário da petição inicial.

II - ISTO POSTO, CONSULTA:

“Tendo em vista (i) que no âmbito do processo de consulta e-04/007/207//2015 esta Superintendência de Tributação decidiu que a Consulente não está dispensada de emitir nota fiscal e (ii) que inexistente na legislação tributária do Estado do Rio de Janeiro normatização específica tratando de hipótese em que a pessoa jurídica deixou de emitir notas fiscais ao tempo em que realizou a operação, bem como inexistente orientação nos manuais do Sistema Público de Escrituração Digital sobre a questão, qual o procedimento a Consulente deve adotar na eventualidade de não ter emitido NF-e em relação às operações ocorridas antes da intimação da decisão proferida no processo de consulta E-04/007/207//2015?”

III – RESPOSTA:



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Fazenda
Superintendência de Tributação

Serviço Público Estadual

Proc. E-04/007/4565//2015

Data: 13/11/2015 – Fls.: 30

Rubrica: _____

Preliminarmente, em que pese a declaração da IRF 64.15, às fls.26, cumpre ressaltar que, conforme disposto na Resolução SEFAZ 45/07, a competência da Superintendência de Tributação, bem como da Coordenação de Consultas Jurídico-Tributárias abrange a interpretação de legislação em tese, cabendo à autoridade fiscalizadora ou julgadora a verificação da adequação da norma ao caso concreto exclusivamente

Destacamos que foi feita consulta, para caso análogo, por meio do Processo n.º E-04/020/423//2015, de 12/05/2015.

Na referida consulta, o contribuinte informou que não emitiu notas fiscais de entrada das mercadorias importadas, bem como não escriturou tais operações em seus livros fiscais, inclusive os créditos delas decorrentes. Em seguida, apresentou o seu entendimento quanto à matéria:

- i- *“providenciar a emissão extemporânea das notas fiscais de entrada referente às mercadorias que foram importadas entre 2009 e 2014, tomando por base o que consta no Anexo da Resolução n.º 720/14”;*
- ii- *“entender ainda vigente o disposto no art.30, §4º, do Livro I do Regulamento do ICMS anteriormente ao Decreto n.º 44.542/2013, para que promova a escrituração extemporânea dos documentos fiscais que serão emitidos, sendo que, em caso positivo, utiliza-se da presente para comunicar o fato à autoridade fazendária.”*
- iii- *“providenciar a emissão extemporânea das notas fiscais de entrada referente às mercadorias que foram importadas entre 2009 e 2014, tomando por base o que consta no Anexo da Resolução n.º 720/14”*

Na ocasião, esta Coordenação encaminhou o aludido processo (E-04/020/423//2015) à SUPLAM (Grupo Gestor da NF-e) para manifestação acerca do que foi requerido nos itens acima citados. Por conseguinte, a SUPLAM juntou aos autos despacho respondendo ao questionamento, no seguinte sentido:

“Em resposta ao item I da folha 39, o Grupo Gestor da Nota Fiscal Eletrônica informa que operacionalmente não há a possibilidade de emissão extemporânea da nota fiscal eletrônica, pois ocorrerá a rejeição 228 – Data de Emissão muito atrasada (Data de Emissão ocorrida há mais de 30 dias), de acordo com o Manual de Orientação do Contribuinte, versão 5.0., página 30.”



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Fazenda
Superintendência de Tributação

Serviço Público Estadual

Proc. E-04/007/4565//2015

Data: 13/11/2015 – Fls.: 31

Rubrica: _____

Esta Coordenação, quando da análise e fundamentação da mencionada consulta, pronunciou-se nos seguintes termos:

“[...] A falta de emissão de documento fiscal é infração à legislação tributária que acarreta débito do imposto, conforme artigo 62 C da Lei 2.657/1996. Observe, ainda, caso tenha se creditado indevidamente, o que dispõe o inciso II do artigo 60 da mesma lei.

Imprescindível registrar que na legislação tributária fluminense não há autorização para a emissão de nota fiscal com data pretérita, assim como não existe permissão para escrituração fiscal em atraso por mais de 5 (cinco) dias, nos termos do artigo 65 do Convênio s/nº 70.

Ratificando o posicionamento exarado, a SUPLAM informou, conforme fl. 41, que não há a possibilidade de emissão extemporânea da nota fiscal de entrada eletrônica, ocorrendo a rejeição 228 – data de Emissão muito atrasada.

Desta forma, e considerando o disposto no § 4º do artigo 30 do Livro I do RICMS/RJ, o contribuinte deve apresentar denúncia espontânea na repartição fiscal de sua vinculação, nos termos do artigo 68 da Lei nº 2.657/1996, *in verbis*.

Art.68- A responsabilidade por infrações é excluída pela denúncia espontânea da infração pelo sujeito passivo, antes de qualquer procedimento fiscal, desde que seja pago o tributo devido, com seu valor atualizado monetariamente e os acréscimos moratórios.

Em paralelo, o contribuinte deverá sanar os erros ocorridos e efetuar o pagamento do imposto, se for o caso, com os devidos acréscimos legais, comprovando-o de maneira inequívoca. Após isto, o contribuinte deverá comprovar a regular escrituração. Isto é, considerando não haver vedação na legislação em vigor, e considerando que a consulente visa sanar as incorreções apresentadas na presente consulta, a consulente deverá emitir a correta Nota Fiscal Eletrônica de entrada com data presente, fazendo referência às Declarações de Importações e aos números dos DARJs referentes ao ICMS pago sobre a importação em questão, além de escriturar, devidamente, no Livro Registro de Entrada. Ademais, a repartição fiscal deverá, nos termos que considerar mais adequados, verificar a veracidade das informações apresentadas, para que, se for o caso, o contribuinte possa aproveitar extemporaneamente os créditos. No intuito de complementar a fundamentação exarada, ressaltamos que o campo “informações complementares” da NF-e pode ser composto por dados adicionais de interesse do emitente, tais como o número do pedido, vendedor, emissor da nota fiscal, local de entrega, quando diverso do endereço do destinatário nas hipóteses previstas na legislação, propaganda, etc.. Observe, ainda, o que dispõe o §10 da Cláusula nona do Ajuste Sinief nº 7/2005, que institui a Nota Fiscal Eletrônica e o Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica:

§10- É permitida a indicação de informações complementares de interesse do emitente, impressas no verso do DANFE, hipótese em que sempre será reservado espaço, com a dimensão mínima de



**Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Fazenda
Superintendência de Tributação**

Serviço Público Estadual

Proc. E-04/007/4565//2015

Data: 13/11/2015 – Fls.: 32

Rubrica: _____

10x15 cm, em qualquer sentido, para atendimento ao disposto no § 9º.

Em seguida, considerando o disposto no § 4º do artigo 30 do Livro I do RICMS-RJ/00, a utilização de eventual crédito extemporâneo, se for o caso, e a partir das verificações cabíveis, deverá observar a Resolução SEF n.º 6.346/2001.
[...]"

Assim, tomando com base, no que couber, a resposta à Consulta formulada no mencionado Processo n.º E-04/020/423//2015, quanto ao questionamento apresentado no presente processo, esclarecemos o que segue:

O regime aduaneiro de admissão temporária está regulamentado no artigo 13 do Livro XI do RICM-RJ/00, aprovado pelo Decreto 27.427/00, conforme transcrito:

Art. 13. No caso de mercadoria importada do exterior sob o regime especial aduaneiro de admissão temporária, o imposto será devido se:

I - houver cobrança proporcional pela União, dos impostos federais;

II - a mercadoria permanecer no território nacional após expirado o prazo da admissão temporária;

III - a mercadoria for alienada antes de expirado o prazo da admissão temporária.

§ 1.º Na hipótese do inciso I, a base de cálculo do ICMS será reduzida do mesmo percentual utilizado pela Receita Federal para o cálculo dos seus impostos.

§ 2.º Ocorrendo inadimplemento das condições do regime especial de que trata o caput, o ICMS tornar-se-á exigível desde a data da entrada em território nacional, com os acréscimos previstos em lei.

§ 3.º Por ocasião da aposição do "visto" a que se refere o inciso I, do artigo 3.º, o importador deve apresentar o "Termo de Responsabilidade" (TR) devidamente



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Fazenda
Superintendência de Tributação

Serviço Público Estadual

Proc. E-04/007/4565//2015

Data: 13/11/2015 – Fls.: 33

Rubrica: _____

visado pelo fisco federal.

§ 4.º A redução prevista no § 1.º somente se aplica aos casos em que a importação se realizar pelos portos ou aeroportos do Estado do Rio de Janeiro.

Por outro lado, conforme já destacado nas respostas da consulta de que trata o Processo n.º E-04/020/423//2015, não há previsão na legislação tributária fluminense que autorize a emissão de nota fiscal com data retroativa, assim como não existe permissão para escrituração fiscal em atraso por mais de 5 (cinco) dias, nos termos do artigo 65 do Convênio s/nº 70.

Por conseguinte, a consulente deve apresentar denúncia espontânea, se cabível, na repartição fiscal de sua vinculação, nos termos do artigo 68 da Lei nº 2.657/1996, sanando os erros. Deve ainda, caso se enquadre em uma das hipóteses elencadas no mencionado artigo 13 do Livro XI, transcrito anteriormente, efetuar o pagamento do imposto com os devidos acréscimos legais, comprovando-o de maneira inequívoca, além de apresentar a regularização de sua escrituração.

No intuito de sanar as incorreções apresentadas nesta consulta, o estabelecimento consulente poderá **emitir a correta Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) de entrada com data presente, fazendo referência às Declarações de Importações (DI)** e, se for o caso, aos números dos DARJs referentes ao ICMS pago sobre a importação em questão, além de escriturar, devidamente, no Livro Registro de Entrada.

De forma análoga, a consulente deve **emitir NF-e de saída com data presente fazendo referência à Declaração de Exportação (DE)** correspondente e escriturar o Livro Registro de Saída.

Informamos, ainda, que a orientação normativa proferida em processo de consulta emanada da Superintendência de Tributação, no exercício da competência atribuída pelo inciso I do artigo 83 da Resolução SEFAZ n.º 45/07, é extensiva a todos os estabelecimentos do contribuinte em idêntica situação. Porém, os efeitos da consulta previstos nos artigos 162 e 163 do regulamento do Processo Administrativo-Tributário - Decreto nº 2473/79, somente se aplicam ao estabelecimento que formalizou a consulta.

Por fim, fique a consulente ciente de que esta consulta perderá automaticamente a sua eficácia normativa em caso de mudança de entendimento por parte da Administração Tributária ou seja editada norma superveniente dispondo de forma contrária.

CCJT, em 16 de fevereiro 2016.



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Fazenda
Superintendência de Tributação

Serviço Público Estadual

Proc. E-04/007/4565//2015

Data: 13/11/2015 – Fls.: 34

Rubrica: _____